

## **Écos do desenvolvimento: para construir a história do pensamento econômico brasileiro recente**

**(VERSÃO PRELIMINAR APENAS PARA DEBATE INTERNO NO IE/UFRJ)**

"Jamais existe entre passado, mesmo passado longínquo, e tempo presente uma ruptura total, uma descontinuidade absoluta ou, se preferirem, uma não-contaminação. As experiências do passado não cessam de prolongar-se na vida presente, de a fecundar" (Fernand Braudel)

Maria Mello de Malta<sup>1</sup>  
Rodrigo Castelo Branco  
Marco Antonio da Rocha  
Bruno Nogueira F. Borja  
Pablo Bielschowsky  
Frederico S. P. F. Valente

### **I. Introdução**

O crescente retorno da temática do desenvolvimento ao cenário das principais discussões nacionais, seja na arena política, seja no campo acadêmico, colocou, de nosso ponto de vista, a necessidade de retomar um projeto de sistematização do pensamento econômico brasileiro, que busque recuperar os nexos de formação da própria ciência no país e de sua contribuição para o desenvolvimento.

O objetivo de historiografar o pensamento econômico nacional é recuperar os temas e os sujeitos desse pensamento como também a história dos debates teóricos e políticos que, mesmo partindo de matrizes ideológicas diversas (ou até mesmo por isso), foram a grande “estufa” para o florescimento das inovações do pensamento econômico no Brasil.

O presente trabalho terá como hipótese principal a idéia de que o tema do desenvolvimento é o organizador do pensamento e do debate econômico no país. Neste

---

<sup>1</sup> Maria Mello de Malta é coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA) e Professora Adjunta do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). Todos os co-autores são pesquisadores do LEMA.

Agradecemos, sem responsabilizar de nenhuma forma, à Professora Angela Ganem e ao Professor Caludio Salm por seus comentários ao trabalho, bem como aos estudantes Cristina Reis, Carla Curty, Laura Beraldo, Rodrigo Bonecini e Rodrigo Lima no auxílio à pesquisa. Finalmente agradecemos ao apoio financeiro do IPEA, em especial ao Projeto Catedras IPEA que recolocou o tema do desenvolvimento como um debate central para a pesquisa no Brasil.

sentido, propomos uma abordagem da história do pensamento econômico (HPE) brasileira organizando-a sob o eixo do conceito de desenvolvimento.

## **II. A questão do desenvolvimento como fundante da HPE brasileira.**

Retomar o estudo do pensamento econômico brasileiro é um dever constituinte da atualidade da produção da ciência econômica no país. Já podem ser percebidos alguns esforços nesta direção por meio de novas linhas editoriais que recuperaram trabalhos de autores como Celso Furtado, Ignácio Rangel e Rui Mauro Marini, bem como pela publicação em 2007 do interessante trabalho organizado por Tamás Szmercsányi e Francisco de Oliveira Coelho, sob o título de *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*. Este trabalho envolveu uma gama de expressivos intelectuais brasileiros em HPE e mostrou um vigor semelhante ao trabalho organizado por Maria Rita Loureiro em 1997 e publicado sob o título de *50 anos de ciência econômica no Brasil*.

As referências importantes sobre o pensamento econômico brasileiro são inúmeras podendo ser separadas em três grupos principais. Um primeiro conjunto de trabalhos, que são em maior número, interpretando a obra de autores específicos, como são os casos do texto de Falangiello (1972) sobre Roberto Simonsen, de algumas dezenas de trabalhos sobre Celso Furtado (por exemplo, a coletânea organizada por Iglesias, 1982, a coletânea organizada por Bresser Pereira e Rego, 2000 e a coletânea organizada por Sabóia e Carvalho, 2007) e vários trabalhos sobre Ignácio Rangel (por exemplo, a coletânea organizada por Mamigonian e Rego, 1998 e a de Benjamin, 2005). Um segundo grupo, menos numeroso, é formado por alguns trabalhos que tratam das interpretações sobre questões específicas, como no caso da reforma agrária (Carvalho, 1978) ou a da importância do intelectual no debate econômico (Barreiros, 2006). O terceiro grupo tem uma abordagem mais global e busca efetivamente produzir argumentos intelectuais que defendam a noção de que existe uma HPE propriamente brasileira a ser contada, como são os casos de Magalhães (1964 e 1981), Mantega (1984), Bielschowsky (1988), Biderman, Cozac e Rego (1995), Mantega e Rego (1999), Bielschowsky e Mussi (2002) e Bielschowsky e Mussi (2005).

Entre todos estes esforços de pesquisa destacamos os trabalhos seminais de Guido Mantega (1984) em *A Economia Política Brasileira* e de Ricardo Bielschowsky (1988) em *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo – 1930-1964*. Nestas obras o projeto de sistematização de uma HPE brasileira aparece pela primeira vez como um objeto tratado com profundidade, usando explicitamente cortes analíticos teoricamente fundamentados. Diferentemente do que fazem os trabalhos temáticos, os autores referidos preparam sua pesquisa para desvendar a estrutura da história do pensamento econômico brasileiro e encontram em seu cerne a questão do desenvolvimento. Desta forma, partindo de matrizes de pensamento diferentes, Bielschowsky e Mantega constroem “suas” histórias do pensamento econômico brasileiro convergindo em um ponto principal: identificar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como organizadores do pensamento e do debate econômico no país.

O argumento de cada um destes autores se estrutura a partir de métodos diferentes, refletindo sua dessemelhança do ponto de vista da filiação teórica. Mantega (1984) parte de uma perspectiva com aportes da tradição marxista, sob a qual formula uma “árvore genealógica da economia política brasileira” (Mantega, 1984, p.22) com base na construção de modelos teórico-políticos<sup>2</sup>, todos organizados em torno de projetos de desenvolvimento propostos para o país, que agrupariam os trabalhos dos principais economistas brasileiros.

Bielschowsky (1988), por sua vez, toma uma referência de base schumpeteriana, organizando seu trabalho em torno da noção de ciclos ideológicos. Sua concepção de ciclo ideológico está baseada na noção de história dos sistemas de economia política, conforme definida por Schumpeter, como a história de “um conjunto de políticas econômicas que os autores sustentam sob princípios normativos unificadores tais como o do liberalismo econômico e o do socialismo”. Esta concepção leva Bielschowsky a construir uma identificação do ciclo ideológico com um princípio normativo unificador

---

<sup>2</sup> Na concepção de Mantega o ponto de partida do pensamento econômico brasileiro é torna-se economia política a partir da publicação de *Formação Economia do Brasil* por Celso Furtado em 1959. Em suas palavras “após muitos anos de análises parciais e fragmentadas sobre este ou aquele aspecto da economia brasileira, vinha a público um trabalho de fôlego que, respaldado num sólido arcabouço teórico, procurava concatenar os vários aspectos da dinâmica do nosso sistema econômico. (Mantega, 1984, p.11)”. Depois deste primeiro esforço mais sistemático vão se produzindo contribuições teóricas que poderiam ser agrupadas em modelos que representam as três principais correntes de pensamento brasileiro, quais sejam, Modelo Democrático-burguês, Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista e o Modelo de Substituição de Importações.

dominante, que daria o significado histórico do pensamento econômico e que, no caso brasileiro, seria o desenvolvimentismo.

Desta forma, ambos os autores construíram seus projetos de pesquisa indicando que a grande contribuição brasileira à HPE está nas questões relativas ao desenvolvimento econômico periférico, sob as quais se deram a criação da noção de dualidade estrutural e o debate sobre o conceito de subdesenvolvimento, que deixa de ser visto como uma fase anterior ao pleno desenvolvimento<sup>3</sup>. Sendo assim, o Brasil se insere no debate econômico internacional com um pensamento eivado de “cor local”, trazendo idéias originais para a discussão sobre a dinâmica capitalista. É neste sentido que acreditamos que estudar a HPE brasileira é enfrentar a questão do desenvolvimento econômico.

### **III. O marco de referência na produção de HPE brasileira.**

A união dos esforços de pesquisa de Mantega (1984) e Bielschowsky (1988) nos capacita delinear um mapa dos debates econômicos principais em torno da questão do desenvolvimento econômico entre 1930 e 1970, ainda que suas abordagens sejam distintas do ponto de vista metodológico.

O esforço de pesquisa de Bielschowsky (1988) é inestimável e ainda que tenha como referência a história dos sistemas de economia política é um levantamento extenso de todo o material produzido que expressava o pensamento econômico brasileiro entre 1930 e 1964.

Nossa proposta, então, é dar continuidade a tais trabalhos buscando, ao mesmo tempo, seguir adiante no estudo da HPE brasileira e propor uma leitura teórica que tome como referência as abordagens destes autores, porém, de maneira crítica.

Conforme já mencionado, Bielschowsky (1988) estabelece como referencial o trabalho de Schumpeter (1964) em que aparece como necessária a separação entre história da análise econômica, história dos sistemas de economia política e o que considera a história do pensamento econômico. Na concepção de Schumpeter a história da análise econômica se refere à história da “evolução” dos modelos analíticos de base para a teoria econômica; a história dos sistemas de economia política considera a seqüência temporal dos conjuntos de políticas econômicas que os autores sustentam sob

---

<sup>3</sup> Neste campo de análise o trabalho de autores como Celso Furtado e os marxistas da Teoria da dependência como Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos merecem destaque.

princípios normativos unificadores; e finalmente a história do pensamento econômico seria “a soma total das opiniões e desejos referentes a assuntos econômicos, especialmente relativos à política governamental, que correm pelo espírito público em determinado tempo e espaço” (Schumpeter *apud* Bielschowsky, 1988, p.6). O caminho afirmado por Bielschowsky para construção de sua análise da história do pensamento econômico brasileiro é, porém, diferente daquele de Schumpeter. Apesar de aceitar a separação analítica do economista austríaco em seu trabalho sobre a história da teoria econômica, o autor de *Pensamento Econômico Brasileiro* reconhece que a história dos sistemas de economia política, e não a história da análise econômica, é o caminho mais frutífero para construir a sua obra. Agrega, porém, duas considerações: 1) parte do seu trabalho é organizar a história do pensamento econômico, no sentido que Schumpeter dá à expressão, pois boa parte da produção do período não possui compromissos acadêmicos; 2) toda reflexão econômica contém uma dimensão analítica, mesmo que esta não seja o foco principal, e seu interesse está relacionado com a necessidade de sistematizar os argumentos aplicados ao processo econômico.

Bielschowsky (1988) utiliza-se, então, da noção de ciclo ideológico, para unificar a produção do período de referência no que chama de “sistema desenvolvimentista”. O pensamento deste período não fora desenvolvido em círculos teórico-acadêmicos, tendo sido essencialmente politicamente engajado na discussão do processo de industrialização brasileira. Desta forma, ele identifica cinco correntes de pensamento no Brasil – o neoliberalismo, o desenvolvimentismo via setor privado, o desenvolvimentismo via setor público nacionalista, o desenvolvimentismo via setor público não-nacionalista e o socialismo – definidas através de seus projetos econômicos básicos tomando como referência o conceito de desenvolvimentismo. O desenvolvimentismo foi por ele definido como o “projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento, e decidido apoio do Estado” (op. cit., p.33). Os socialistas foram compreendidos como parte do ciclo ideológico desenvolvimentista até porque comungavam dos elementos básicos do conceito, porém consideravam que a superação do subdesenvolvimento só se viabilizaria por meio do socialismo. Os neoliberais consideravam que equilíbrio monetário e equilíbrio financeiro seriam suficientes para garantir a eficiência econômica (de mercado) que levaria ao desenvolvimento e apenas neste sentido aceitavam a

intervenção estatal. Desta forma, até o neoliberais e os socialistas estavam ao reboque da corrente principal desenvolvimentista, sendo pautados por ela.

Mantega (1984), por outro lado, busca argumentar que o trabalho de Celso Furtado no final dos anos 50 pode ser considerado o marco de fundação de uma economia política brasileira. Esta seria resultado de um embate ideológico entre duas frentes principais que defendiam interesses político-econômicos antagônicos do ponto de vista dos projetos para a economia brasileira. Liberais agraristas e desenvolvimentistas industrialistas – como Eugenio Gudín e Roberto Simonsen, respectivamente – construíram as duas linhas ideológicas mestras do debate. Havia ainda uma contribuição de tradição marxista crítica aos próprios termos do debate, que se aglutinava principalmente em torno do PCB. Tal tradição identificava que a questão do desenvolvimento capitalista periférico se colocava de forma dependente e que o subdesenvolvimento era o papel que cabia à periferia do sistema. Na esteira deste debate os desenvolvimentistas cepalinos estabelecem um forte influência por meio da apresentação de uma teoria do desenvolvimento que daria o estofamento teórico necessário para questionar as teses dos liberais agraristas e fortalecer o argumento de Roberto Simonsen.

Seria da combinação destas influências que se originaria a economia política brasileira, entendida por Mantega como o lado não ortodoxo (não neoclássico) do debate sobre desenvolvimento. Esta área do debate daria lugar, já nos anos 60, a três importantes modelos de pensamento para o desenvolvimento brasileiro que seriam: a) o modelo de substituição de importações (vinculado a autores como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Ignácio Rangel e refletindo a influência da CEPAL) que destacaria os aspectos técnicos da questão do desenvolvimento; b) Modelo democrático-burguês (cuja fontes principais seriam o PCB e o ISEB nas figuras de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães) que tinha o foco voltado para as questões políticas; e c) o modelo de subdesenvolvimento capitalista (Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos) surgiria como uma crítica aos dois modelos anteriores tendo como referência a concepção de Trotsky de desenvolvimento desigual e combinado.

Do lado oposto a todas estas teses estavam os autores do *status quo* da época, e considerados por Mantega como contribuições que se organizam fora do campo da economia política. Porém, sua matriz liberal e neoclássica teve que ser adaptada, inicialmente, para uma necessidade muito grande de intervenção do Estado numa

economia de subdesenvolvida como a brasileira e acabou gerando o que o autor chamou de Modelo de desenvolvimento brasileiro (neste campo os nomes de destaque como herdeiros de Eugênio Gudín são Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen).

Podemos concluir, a partir deste dados, que a proposta de Mantega (1984) era diferente daquela de Bielschowsky (1988). Mantega apresenta seu trabalho como uma análise da economia política brasileira que busca combinar o que, segundo a concepção de Schumpeter, seria a análise econômica e sistemas de economia política. Propõe, então, modelos analíticos do desenvolvimento brasileiro como critério de recorte das “escolas” de pensamento brasileiras, nas quais o conjunto das propostas de política para o desenvolvimento é o principal norte. Efetivamente Mantega não chega a identificar as matrizes analíticas de seus “modelos” de economia política. Bielschowsky, no entanto, deixa a questão analítica em segundo plano e identifica um único sistema de economia política para o período, destacando correntes de pensamento, mas abrindo mão da noção de modelo ou de escola.

Ambos os trabalhos são nossa inspiração fundamental, porém, nos parece importante esclarecer a nossa perspectiva sobre história do pensamento econômico brasileiro e suas principais controvérsias, assunto que trataremos a seguir<sup>4</sup>.

#### **IV. Uma proposta de análise da HPE no Brasil**

De nosso ponto de vista, empreender um debate sobre questões referentes à história do pensamento econômico demanda que estabeleçamos, ainda que esquematicamente, a existência de diferentes abordagens para o tratamento da própria história do pensamento econômico e por qual caminho seguiremos.

A visão tradicional de HPE é estruturada em torno da idéia de que só existe uma linha teórica em economia, que hoje atinge seu mais alto grau evolutivo. Esta perspectiva defende a idéia de que, ao longo do tempo, o que se observa é uma acumulação progressiva do conhecimento econômico. Assim, constrói-se uma noção evolutiva da ciência econômica em que os autores seguem, ora mais ora menos

---

<sup>4</sup> É importante ressaltar, porém, que consideramos que a sistematização do pensamento econômico brasileiro até 1964 já foi feita e está no trabalho dos dois autores mencionados nesta seção. Nada além de uma contribuição marginal adviria de refazê-la sob nossa proposta metodológica, portanto nos concentraremos em elaborá-la e aplicá-la ao período posterior àquele mencionado.

consistentemente, o caminho para se chegar ao nível de desenvolvimento atual da análise econômica (Tolipan, 1988), o qual cristaliza no presente todos os desenvolvimentos teóricos anteriores (Arida, 1996).

Por sua vez, todo o debate crítico de HPE se estrutura em torno da noção de ruptura teórica (Malta, 2005). Para além da identificação da ruptura no desenvolvimento da teoria econômica, a contribuição da HPE crítica está em, fundamentalmente, desmistificar a idéia de que a história do pensamento econômico seria essencialmente uma avenida de mão única partindo de conceitos primitivos para chegar a conceitos mais sofisticados. Ao contrário, o que se estabelece é que a HPE seria uma história de controvérsias sob as quais florescem as contribuições científicas marcadas pela história e pela política (Nunes e Bianchi, 1999).

No contexto da primeira abordagem a HPE se torna uma curiosidade de eruditos, um relato conclusivo de “erros passados” e muitas vezes até “um apêndice incômodo que precisa ser neutralizado” (Tolipan, 1982). Sob a direção da segunda abordagem referida, fazer história do pensamento econômico é recuperar “o estímulo acadêmico à imaginação teórica e à crítica irônica do dogma e deve para isto analisar o modo de construção da ciência” (Tolipan, 1982, p. 10). Neste sentido, deve-se reconhecer que o novo mundo das idéias é apenas raramente mais que um comentário atual do velho. Como esclarecem Bianchi e Nunes (2002, p.171), neste caso:

“o pesquisador quer ir além do ponto de entender como as idéias econômicas se desenvolvem a partir de sua própria lógica interna. Ele quer conhecer os processos pelos quais certos significados são criados em ambientes sociais específicos. (...) Ele pensa o conhecimento científico como um tipo de produto social, e rende-se à importância de considerar as instituições que organizam este conhecimento” .

Deste ponto de vista, romperemos com a noção tradicional de história do pensamento econômico (HPE) que enxerga o pensamento econômico a partir da idéia de que existe uma linha evolutiva em teoria econômica<sup>5</sup>.

Influenciados por todos os autores já referenciados neste texto e ainda levando em consideração o método de construção da análise sobre o estado da economia política

---

<sup>5</sup> Para a apresentação do debate sobre esta visão de história do pensamento econômico ver Ganem (2003), Malta (2005) e Tolipan (1998). Para uma apresentação mais tradicional ver Arida (1996).

no final dos anos 80 realizado por Possas (1990), propomos que a história do pensamento econômico brasileiro, para o período posterior a 1964, seja analisada em nível teórico-analítico, histórico, político e ideológico de maneira integrada.

Consideramos que não existe sistema de economia política que deixe de se organizar a partir de um sistema ideológico que é resultado de transformações históricas repletas de lutas políticas, que por sua vez têm como pano de fundo um sistema analítico de referência. Não há teoria sem prática, nem prática sem teoria pelo menos no que se refere à economia política.

Toda proposta de sistematização de história do pensamento econômico tem, a nosso ver, dois pontos de partidas essenciais, após estabelecida a abordagem para a história do pensamento econômico que está em uso: 1) um corte conceitual organizativo e; 2) uma periodização de referência que se relaciona intimamente com este corte conceitual.

#### **a) Organização conceitual**

Conforme deixamos claro ao longo de nosso argumento, consideramos que a noção que dá origem a uma boa base para a análise das controvérsias que constituíram a história do pensamento econômico brasileiro após 1964 é a noção de desenvolvimento.

Nossa observação inicial é que a questão do desenvolvimento povoou o pensamento de todos os economistas do Brasil e que todos os debates após 1964 têm como referência fundamental um projeto de desenvolvimento para o país.

É fato que os projetos em disputa são bastante diversos e que seus referenciais analíticos são variados e, em alguns casos importantes, bastante ecléticos. A variedade de abordagens e de projetos políticos influencia também os caminhos e os temas do debates.

Consideramos que desde os anos 60 o trabalho de Furtado colocou em pauta a questão do desenvolvimento, constituindo-se num marco teórico. Sua interpretação dos limites ao desenvolvimento no Brasil dos anos 60 deu origem ao debate sobre a estagnação. O tema da estagnação forneceu o contexto para o confronto entre ortodoxos e heterodoxos no campo das interpretações sobre como evoluiria a organização e a expansão da economia brasileira. Estruturalistas, neoliberais e marxistas contribuíram para o debate principalmente pelas mãos de Roberto Campos, Maria da Conceição Tavares, José Serra e Ignacio Rangel.

As controvérsias que se desdobraram a partir daí mantiveram estreita relação com o tema da distribuição de renda no país e com o conceito de subdesenvolvimento

apresentado também por Furtado. O debate da distribuição de renda tem dois aportes teóricos importantes: 1) as discussões sobre os modelos de crescimento com base na equação de Cambridge e seus limites interpretativos e; 2) a teoria do capital humano para justificar a má distribuição de renda resultante do processo de acumulação sob o regime militar. Cada uma destas questões representa uma perspectiva diferente para o desenvolvimento econômico nacional.

O debate sobre subdesenvolvimento se abre em duas vertentes principais: 1) a contestação do próprio conceito de subdesenvolvimento de Furtado, indicando uma dualidade estrutural da sua concepção sobre o funcionamento da economia brasileira (Oliveira, 1972) e; 2) a possibilidade do subdesenvolvimento ser superado por um via reformista dentro do próprio sistema capitalista.

Os anos 70 têm os debates supracitados como os principais norteadores da produção científica em economia no Brasil, porém nos anos 80 a crise da dívida e a aceleração do processo inflacionário levaram a introdução do tema da inflação como foco importante do debate entre ortodoxos (monetaristas) e heterodoxos (estruturalistas). Ainda assim, o debate sobre inflação tinha em sua origem as concepções sobre desenvolvimento bastante diferentes, como mostraram os debates subsequentes na PUC-Rio, na Unicamp e na EPGA.

Finalmente podemos afirmar que o último tema importante para o debate sobre desenvolvimento nos anos 80 foi em torno de ciclo e crise, no qual o elemento do progresso técnico passou a ser fundamental para pensar a saída da crise e a completude do ciclo endógeno de acumulação (Tavares, 1978).

Acreditamos que estes temas nos auxiliem a identificar os principais grupos participantes no debate e nos possibilitem avaliar quais eram seus referenciais analíticos.

O nosso trabalho de mapear as questões analíticas da história do pensamento econômico brasileiro no período pós-1964 será facilitado pelo fato de que os institutos de pós-graduação em economia se formaram nesta época e definiram os perfis das escolas de pensamento econômico no Brasil. Trabalhos como os de Franco (1992), Versiani (1997), Loureiro (1997a), Anuatti Netto (1997) e Ganem e Tolipan (2000) apresentam um histórico de formação das escolas de pós-graduação em economia do país.

Versiani (1997), bem como Ganem e Tolipan (2000), identificam que as escolas surgem como um movimento inicialmente autônomo que visava à qualificação técnica

cada vez mais elevada dos profissionais da área dado o crescimento e modernização do aparelho de Estado. Posteriormente, tais escolas ganharam força no projeto de desenvolvimento social brasileiro, recebendo o apoio da estrutura oficial que regulamentou os projetos e passou a colocar à disposição mecanismos oficiais de fomento à pesquisa e ao ensino por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e do Programa Nacional de Pesquisa Econômica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (PNPE/IPEA). Toda a formulação deste sistema e as principais escolas de pós-graduação brasileiras em economia se formam entre os anos de 1966 e 1979, portanto em pleno debate pós “ciclo ideológico desenvolvimentista”. A Associação Nacional de Pós-graduação em Economia (ANPEC) também foi criada neste período – em 1972 – com o objetivo de aglutinar os centros em torno de uma seleção única e de um encontro anual, no qual boa parte do debate acadêmico se representava.

Neste sentido, acreditamos que este período posterior ao ano de 1964 já seja passível de ser estudado também em seus aspectos mais analíticos. Esta possibilidade talvez não estivesse aberta para Bielschowsky (1988) e Mantega (1984) ao analisarem um período em que as escolas de pensamento econômico no Brasil não estavam institucionalizadas.

Um dos objetivos do nosso trabalho pretende fornecer uma ampliação das perspectivas presentes nestas obras seminais incluindo, para além das questões ideológicas e de filiação teórica, aquelas de fundo teórico-analítico, indicando ainda como norte fundamental a questão do desenvolvimento. Deste ponto de vistas, nossa abordagem para tratar o pensamento econômico brasileiro contrasta com aquela encontrada tradicionalmente em Schumpeter (1964). A construção schumpeteriana separa o campo da ideologia do campo da análise, afirmando a idéia de que a teoria econômica pode ser esvaziada de uma visão de mundo sob a qual fora formulada. Na perspectiva de Dobb (1977), tal separação não pode ser sustentada. Nas palavras a seguir, Dobb descreve a questão de fundo que nos parece essencial a ser retomada no estudo da história do pensamento econômico e que se apresenta bastante evidente para o caso brasileiro.

“Para sermos breves diremos que a distinção que Schumpeter tentou estabelecer entre economia como análise pura e como visão do processo econômico, em que entram inevitavelmente

tendências e matizes ideológicos, não pode ser sustentada, a menos que a primeira se limite à estrutura formal, unicamente de afirmação econômica, e não à teoria econômica como afirmação substancial sobre as relações reais da sociedade econômica; visto que na formulação desta última, e no próprio ato de julgamento do seu grau de realismo, não pode deixar de entrar a intuição histórica, a perspectiva e a visão social (Dobb, 1977, p.52)”.

Assim, esta pesquisa pretende contribuir com a ampliação daquelas perspectivas presentes nos trabalhos seminais de Bielschowsky (1988) e Mantega (1984) incluindo, para as questões relativas às teorias econômicas do valor e da distribuição, bem como os modelos de acumulação de referência para a construção do debate estruturante da HPE brasileira.

#### **b) Justificativa de periodização**

Explicitado nosso tema de referência como o desenvolvimento econômico é importante fundamentar nossa periodização. Bielschowsky e Mussi (2005) nos oferecem uma periodização interessante e que constitui nossa referência para discussão.

“A periodização que aqui utilizamos para descrever o movimento das idéias sobre desenvolvimento econômico no Brasil consiste em três grandes fases, por sua vez compostas de subperíodos. As duas primeiras fases pertencem ao que podemos denominar de ‘era desenvolvimentista’, que se estende aproximadamente de 1930 a 1980. Nesses cinquenta anos, o pensamento desenvolvimentista descreveu dois ciclos, um que vai até 1964 – o ‘ciclo original’ – e outro que vai daí até 1980 – o ‘ciclo desenvolvimentista no regime autoritário’. (...) A terceira fase se inicia por volta de 1980 e se estende até hoje. Trata-se da ‘era da instabilidade macroeconômica inibidora’, de baixo crescimento (...) e forte instabilidade macroeconômica, que obstaculizaram o pensamento sobre crescimento e desenvolvimento. O que predominou, nesse período, foi o debate sobre as ‘restrições ao crescimento’ – inflação, endividamento externo, dívida pública, taxas de juros, etc.” (Bielschowsky e Mussi, 2005, p.2).

Nossa periodização segue a linha de Bielschowsky e Mussi (2005) e a amplia com base em Fiori (1995), que propõe um prolongamento do que chamam de “segundo ciclo desenvolvimentista” para o final da década dos 80. O primeiro ciclo desenvolvimentista corresponde ao período de consolidação e auge do pensamento desenvolvimentista original, incorporado nos estudos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)

e na defesa da industrialização do país, a partir do financiamento do Estado nacional em parceria com a burguesia nacional. Neste período, a CEPAL e o ISEB começaram um processo intelectual de formulação teórica das condições estruturais do subdesenvolvimento periférico, com ênfase nas especificidades da América Latina.

Até aproximadamente 1960, o nacional-desenvolvimentismo gozou de enorme prestígio intelectual e político na América Latina, sendo considerado o pensamento hegemônico à época. O modelo de desenvolvimento preconizado pelos desenvolvimentistas, baseado fundamentalmente na industrialização, não alcançou, todavia, os resultados esperados em termos, por exemplo, da autonomia nacional e da modernização dos setores econômicos e sociais mais atrasados da região.

É nesta época que o pensamento conservador emerge com força nos debates ideológicos nacionais e, junto com o golpe militar de 1964, são alçados ao comando do Estado e passam a postular novos rumos para o desenvolvimento econômico brasileiro. Surgem então as teses das reformas de base, propostas pelo governo de João Goulart, e posteriormente os projetos de estabilização e crescimento econômico propostos por Roberto Campos, Antonio Delfim Netto, Mario Henrique Simonsen e João Paulo Reis Velloso (Campos e Simonsen, 1974 e 1975; Velloso, 1978). Assim, ainda que a abordagem teórica de base e o construto ideológico de referência tenha sido modificado, em um novo contexto político, o tema do desenvolvimento permanecia na agenda brasileira, inclusive adaptando as teorias liberais para as necessidades da realidade brasileira.

Nos termos de Campos e Simonsen, emerge uma nova economia brasileira, mais dinâmica do ponto de vista da complementação do parque industrial nacional e das altas taxas de crescimento econômico, dando origem ao chamado “milagre econômico”. Em oposição a esta formulação floresce uma rica bibliografia de caráter crítico ao modelo de acumulação capitalista implantado pelo regime militar a partir do golpe de 64. Esta crítica ao que diversos autores chamam de capitalismo monopolista de Estado partiu de dentro e de fora do país, por meio da Teoria da Dependência (Cardoso e Falletto, 1977; Frank, 1969 e 1973; Marini, 1969; Santos, 1967 e 1970), em espaços como a escola de sociologia da USP e posteriormente o CEBRAP, e de autores que mais tarde fundariam a Escola de Campinas e o Instituto de Economia Industrial da UFRJ (Castro, 1971; Lessa, 1978; Tavares, 1976 e 1998; Tolipan e Tinelli, 1975), além dos escritos de Francisco de Oliveira (Oliveira, 2003).

Nosso entendimento é que durante os anos 80, a despeito da queda nas taxas de crescimento e da configuração progressiva de limites ao desenvolvimento econômico latino-americano por conta da crise da dívida e da desaceleração do crescimento mundial, permanece no Brasil o pensamento sobre desenvolvimento como um elemento de coesão do movimento de redemocratização em sua estratégia de desenvolvimento. Claramente há um questionamento progressivo deste projeto ideológico, mas, do ponto de vista das formulações econômicas na academia e na política, o desenvolvimento permanece sendo uma referência para os debates.

Conforme Fiori (1995), “nos dois primeiros anos no governo Sarney ainda acreditava-se na possibilidade de manter a mesma estratégia de crescimento industrial até então vigente, agora comandada democraticamente por uma nova coalizão política, capaz de corrigir o seu viés profundamente anti-social” (Fiori, 1995, p. x). Neste sentido, a desorganização da nossa via desenvolvimentista de industrialização foi dada pelo processo de endividamento progressivo do Estado, caracterizado de forma definitiva nos últimos anos do governo Sarney. O plano Cruzado de 1986 e a Constituição de 1988 seriam, assim, os últimos suspiros do projeto de desenvolvimento brasileiro como um projeto ideológico dominante.

A segunda metade dos anos 80 e os anos 90 abriram uma conjuntura de crise nacional e internacional e acabaram criando um momento de refluxo do pensamento sobre desenvolvimento. A crise, por outro lado, impulsionou um balanço sobre as peculiaridades do desenvolvimento capitalista e as características estruturais da economia brasileira. Por outro lado, a mesma crise permitiu que as correntes críticas ao modelo de desenvolvimento instaurado pelo golpe militar ganhassem prestígio no debate, na medida em que facultou a criação de uma relação de suas formas de manifestação (i.e. inflação, restrição externa) como conseqüências das distorções criadas pelas opções políticas adotadas na execução do processo de industrialização brasileiro, principalmente no tocante ao II PND.

A pausa aparente do pensamento sobre desenvolvimento refere-se a uma postura intelectual de entender as potencialidades e problemas da economia brasileira como uma mediação necessária para a superação da crise e para a recuperação do debate sobre um desenvolvimento econômico “legítimo”. Portanto, a crise ajudou a criar uma agenda de consenso sob a qual se supunha que qualquer desenvolvimento econômico requeria condições mínimas de funcionamento das instituições econômicas, como a moeda ou o

sistema de preços relativos, bem como estabeleceu que a superação da crise e a retomada do desenvolvimento estavam intimamente ligadas entre si.

Neste período, as duas escolas que mais se destacam no debate e na condução das políticas econômicas, a chamada Escola de Campinas e o recém fundado Departamento de Economia da PUC-Rio, são ilustrativas desta transformação no debate sobre desenvolvimento econômico. Ambas partem do diagnóstico da crise como resultado da conjunção das turbulências no sistema financeiro mundial – que culminam com a alta dos juros norte-americanos –, e das “distorções” criadas pelas características estruturais do modelo de desenvolvimento brasileiro.

A proposta da PUC-Rio de um novo diagnóstico estrutural da inflação enquadra-se como um bom exemplo. O diagnóstico parte da constatação da peculiaridade da inflação brasileira, isto é, seu componente inercial – hipótese já levantada por Simonsen (Campos e Simonsen, 1974). Ao mesmo tempo tal diagnóstico relaciona o componente inercial com a forma como o sistema responde aos “impasses sociais” criados pelo conflito distributivo (Resende, 1979), e com a forma como os choques externos são absorvidos pelo sistema (Modiano, 1984; Lopes, 1984). As propostas de superação da crise para retomada das condições de desenvolvimento são pensadas a partir do combate às manifestações do conflito distributivo expressas na criação dos mecanismos de indexação (Resende, 1984) e no descontrole do déficit público (Fraga Neto, 1987).

A Escola de Campinas, que havia se constituído também como corrente crítica ao modelo de desenvolvimento adotado após o golpe, diagnostica igualmente a crise como resultado das distorções do sistema. O argumento é estruturado no sentido de que as manifestações da crise representam o aprofundamento das contradições do padrão de desenvolvimento implementado pelo golpe. Deste modo, após 1964, o crescimento econômico brasileiro passa a ser baseado na crescente iniquidade de distribuição de renda, na dinâmica do setor de bens de consumo duráveis e no sobreendividamento do setor privado (Tavares, 1976; Tavares, 1978; Belluzzo e Coutinho, 1983). A superação da crise passa, portanto, pela reformulação do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro.

Observamos, porém que durante os anos 1990, notadamente marcados pelo neoliberalismo, o debate ideológico sobre o desenvolvimento econômico de certo modo arrefeceu. O protagonismo do debate foi assumido pelos temas da inserção externa do Brasil, da estabilização monetária, do controle fiscal e da reforma do Estado. Ainda que do ponto de vista retórico o desenvolvimento se mantivesse na agenda política

nacional<sup>6</sup>, , jamais retornou à arena política e/ou acadêmica a controvérsia sobre modelos de desenvolvimento alternativos para o país. Os anos 90 foram efetivamente os anos da máxima “*there is no alternative*” do ponto de vista da construção de um modelo brasileiro soberano de desenvolvimento.

## **V . Conclusão:**

Apresentada a nossa perspectiva de trabalho da HPE brasileira nos resta justificar a decisão de por em prática este projeto agora.

A retomada progressiva do debate sobre desenvolvimento a partir do final dos anos 90 indica uma tendência, reforçada ao longo da década atual, de revigorar as idéias desenvolvimentistas. Sendo assim, consideramos que quase vinte anos depois do fim da “era do desenvolvimento” não apenas chegou “a hora em que alça seu vôo a coruja – Pássaro de Minerva”, como diria Fiori (1995) em referência à Hegel, mas também já se estabelecem as necessidades práticas de revisão, sistematização e análise da história do pensamento econômico brasileiro do pós-1964, especialmente como um estudo das raízes políticas e econômicas do debate atual.

Propomo-nos a realizar este trabalho e para isso cremos na necessidade de se encaminhar a tarefa do estudo ideológico e político do pensamento econômico brasileiro em conjunto com seu inseparável complementar analítico.

Mapear as principais controvérsias do pensamento econômico brasileiro no período de 1964-1989 dos pontos de vista ideológico, político e analítico para reconstruir e retomar o debate sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento brasileiro. Desta forma, poderíamos oferecer material para traçar suas principais influências das idéias do passado sobre o debate atual, visando estabelecer as bases críticas para a construção de uma proposta de nova inserção brasileira no cenário internacional.

## **Referências Bibliográficas:**

- ANUATTI NETO, Francisco (1997), *Competição e complementaridade dos centros de pós-graduação em economia*, In LOUREIRO, Maria Rita (org.) (1997);

---

<sup>6</sup> Exemplos deste destaque retórico são os discursos do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, que se pronunciaram sobre o tema no primeiro mandato da gestão FHC com duas importantes intervenções políticas e acadêmicas no debate (Cardoso, 1995; Franco, 1998)

50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições e depoimentos. Petrópolis: Vozes. (1997). 50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições e depoimentos. Petrópolis: Vozes.

- ARIDA, Pérsio (1996) A história do pensamento econômico como teoria e retórica. In José Marcio Rego (org.), Retórica na Economia, São Paulo: Editora 34.
- BARREIROS, D.(2006); Estabilidade e crescimento: a elite intelectual moderno-burguesa no ocaso do desenvolvimentismo (1960-1969), tese de doutorado, departamento de história, Universidade Federal Fluminense.
- BELLUZZO, L. G. M. & COUTINHO, R. (1983). Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise, volumes 1 e 2. São Paulo: Editora Brasiliense.
- BIANCHI, Ana Maria e NUNES, Rubens (2002), Ainda sobre os conceitos de paradigma e cânon como instrumentos de reconstrução da história do pensamento econômico in Revista Econômica vol.4, nº2, dezembro de 2002, Niterói.
- BIDERMAN, Ciro, COZAC, Luis Felipe e REGO, José Marcio (1995). Conversas com economistas brasileiros. São Paulo: Editora 34.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (1988). Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto.
- \_\_\_\_\_ (1991). Ideologia y Desarrollo. In: Revista de la CEPAL, dezembro de 1991, n. 45.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) (2000). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL, volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Record.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo e MUSSI, Carlos (orgs.) (2002). Políticas para a retomada do crescimento: reflexões de economistas brasileiros. Brasília: IPEA; CEPAL.
- \_\_\_\_\_ (2005). O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. Texto preparado para o Seminário “Brasil-Chile; uma mirada hacia América latina y sus perspectivas, Santiago de Chile, Julho de 2005.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos e REGO, José Márcio (2001). A grande esperança em Celso Furtado. São Paulo: Editora 34.
- CAMPOS, Roberto e SIMONSEN, Mario Henrique (1974). A nova economia brasileira. Rio de Janeiro: APEC.
- CAMPOS, Roberto e SIMONSEN, Mario Henrique (1975). Formas criativas de desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: APEC.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1995). Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. In: Revista de Economia Política, vol. 15, nº4, outubro-dezembro de 1995.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETTO, Enzo (1977). Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro (1978). Ideologia do desenvolvimento: Brasil:JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CARLI, Ranieri (2007). O conceito de ideologia no último Lukács. In: Novos Rumos, ano 22, nº47. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira; Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos. p.40-52.
- CARNEIRO, Ricardo (2004). Desenvolvimento revisitado, in [http://www.desempregozero.org.br/artigos/o\\_desenvolvimento\\_revisitado.php](http://www.desempregozero.org.br/artigos/o_desenvolvimento_revisitado.php). acesso em 02 de abril de 2004.

- CARVALHO, Fernando Cardim de (1978). Agricultura e questão agrária no pensamento econômico brasileiro, (1950-1970), Campinas, São Paulo, Tese de mestrado, Unicamp/IFCH, mimeo.
- CASTELO BRANCO, Rodrigo (2007) A “questão social” e o social liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção de desenvolvimento econômico com equidade. In: Emancipação, nº8, vol.1. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa. p.21-35.
- DOBB, Maurice (1977). Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith. Lisboa: Editorial Presença e Martins Fontes.
- FALLANGIELLO, H. (1972). Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico. São Paulo, 1972. Mimeo. Tese de mestrado, USP/FEA.
- FIORI, José Luís (1995). O vôo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro. Rio de Janeiro: Eduerj.
- \_\_\_\_\_ (1995). Da dependência ao social-liberalismo: a bússola de Fernando Henrique Cardoso. In: FIORI, José Luís; Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight. p.231-245.
- FRAGA NETO, A. (1987). Problemas do controle monetário no Brasil. Texto para Discussão nº156, Rio de Janeiro: Departamento de Economia, PUC-RIO.
- FRANCO, Gustavo (org.) (1992). Cursos de Economia: catálogo de listas de leitura de cursos oferecidos em centros membros da ANPEC. Brasília: ANPEC.
- \_\_\_\_\_ (1998). A inserção externa e o desenvolvimento. In: Revista de Economia Política, vol.18, nº3, julho-setembro de 1998.
- FRANK, Andre Gunder (1969). Capitalism and Underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil. New York: Monthly Review.
- \_\_\_\_\_(1973). Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: Luiz Pereira (org.); Urbanização e subdesenvolvimento. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- FURTADO, Celso (1961). Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- GANEM, Angela (2003), A teoria e o método no espelho da história In: Corazza, Gentil (org.), Métodos da Ciência Econômica, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- GANEM, Angela e TOLIPAN, Ricardo (2000). A formação do Economista no Brasil: o papel atual do ensino de Pós-graduação. Relatório de Pesquisa, Rio de Janeiro, mimeo.
- GONÇALVES, Reinaldo (2003), A herança e a ruptura: cem anos de história econômica e propostas para mudar o Brasil, Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- LOUREIRO, Maria Rita (1997). Os economistas no governo: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas.
- \_\_\_\_\_ (org.) (1997a). 50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições e depoimentos. Petrópolis: Vozes.
- MALTA, Maria (2005), Controvérsias sobre a teoria da acumulação de James Steuart, Tese de doutorado, UFF, Niterói: mimeo.
- MAMIGONIAN, Armen e REGO, José Marcio (1998). O pensamento de Ignácio Rangel. São Paulo: Editora 34.
- MANTEGA, Guido (1984). A economia política brasileira. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes.

- MANTEGA, Guido e REGO, José Marcio (1999). *Conversas com Economistas Brasileiros II*. São Paulo: Editora 34.
- MARINI, Ruy Mauro (1969). *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo Veintiuno Editores.
- MEDEIROS, Carlos (2001). Instituições, Estado e mercado no processo de desenvolvimento econômico. In: *Revista de Economia Contemporânea*, vol.5, nº1, janeiro-junho de 2001. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia.
- MODIANO, E. M. (1984). Salários, preços e câmbio: os multiplicadores dos choques numa economia indexada. *Texto para Discussão nº70*, Rio de Janeiro: Departamento de Economia, PUC-RIO.
- NUNES, Rubens e BIANCHI, Ana Maria (1999). Duas maneiras de contar a história do pensamento econômico. In: *Revista de Economia Contemporânea*, nº5, janeiro-junho de 1999. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia.
- OLIVEIRA, Francisco (1972), *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, in *Estudos Cebrap nº 2*, São Paulo.
- OLIVEIRA, Francisco de (2003). *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- PAULANI, Leda (2008), *Brasil Delivery*, São Paulo: Editora Boitempo
- POSSAS, Mario (1990), *A economia política no Brasil hoje* in *Revista de Economia Política*, vol. 10, nº 2, abril/junho de 1990.
- RANGEL, Ignácio (2005). *Obras reunidas, volumes 1 e 2*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- RESENDE, A. L. (1979). *Incompatibilidade distributiva e inflação estrutural*. *Texto para Discussão nº1*, Rio de Janeiro: Departamento de Economia, PUC-RIO.
- \_\_\_\_\_ (1984). *A moeda indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial*. *Texto para Discussão nº75*, Rio de Janeiro: Departamento de Economia, PUC-RIO.
- RODRÍGUEZ, Octavio (1981). *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- SABOIA, João e CARVALHO, Fernando Cardim de (orgs.) (2007). *Celso Furtado e o século XXI*. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ e Barueri: Manole.
- SANTOS, Theotonio dos (1967). *El Nuevo carácter de la dependencia*. Santiago: Centro de estudios Socio-Economicos, Universidad de Chile.
- \_\_\_\_\_ (1970). *Dependencia y cambio Social*. Santiago: Centro de estudios Socio-Economicos, Universidad de Chile.
- SCHUMPETER, Joseph (1964). *História da análise econômica, três volumes*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- SINGER, Paul (1977). *A crise do “milagre”:* interpretação crítica da economia brasileira. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ (1981). *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil*. Rio de Janeiro; Paz e Terra.
- SZMREZANYI, Tamás e COELHO, Francisco da Silva (orgs.) (2007). *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas.
- TAVARES, Maria da Conceição (1976). *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- \_\_\_\_\_ (1978). Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Rio de Janeiro: Trabalho apresentado como Tese para o concurso de Professor Titular à Faculdade de Economia e Administração da UFRJ.
- \_\_\_\_\_ (1998). Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Campinas: Unicamp.
- TAVARES, Maria da Conceição e SERRA, José (1973). Além da estagnação. In: Da substituição de importações ao Capitalismo Financeiro. Maria da Conceição Tavares. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- TAVARES, Maria da Conceição e BELLUZZO, Luiz Gonzaga (1982). Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: Luiz Gonzaga Belluzzo e Luciano Coutinho (orgs.); Desenvolvimento Capitalista no Brasil. São Paulo: Brasiliense.
- TOLEDO, Caio Navarro de (org.) (2005). Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan.
- TOLIPAN, Ricardo (1982) A necessidade do pensamento econômico: IE/UFRJ. Texto para Discussão n° 3, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (1988); A ironia na história do pensamento econômico, tese de professor titular da FEA/UFRJ, mimeo.
- TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur (orgs.) (1975). A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- \_\_\_\_\_ (2001). Pensamento econômico brasileiro contemporâneo II. In: Revista de Estudos Avançados, n°43, setembro-dezembro de 2001. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados.
- VELLOSO, João Paulo Reis (1978). Os rumos do desenvolvimento no Brasil. Brasília: Secretaria de Planejamento da Presidência da República.
- VERSIANI, F. R. (1997). A Anpec aos 25 Anos: Passado e Futuro. In: Revista ANPEC, Rio de Janeiro, v. 1. p. 219-259.